



# Consulta Pública MME 65

Procedimento para elaboração  
do Plano Nacional de Energia

E+ Diálogo Energéticos

---

## CONSULTA PÚBLICA MME nº 65 de 28/12/2018

### CONTRIBUIÇÕES DO E+ DIÁLOGOS ENERGÉTICOS – INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

O E+ Diálogos Energéticos é uma iniciativa do Instituto Clima e Sociedade (iCS) que tem por objetivo o desenvolvimento de um espaço de diálogo qualificado para fomentar um setor energético eficiente, moderno e integrado no contexto da transição energética mundial. O Instituto busca contribuir para que a sociedade e os tomadores de decisão façam boas escolhas, que levem o Brasil a um futuro próspero e seguro.

O Ministério de Minas e Energia abriu Consulta Pública para apresentar a Proposta de Procedimento de Elaboração do Plano Nacional de Energia Elétrica. A consulta pública é extremamente adequada e trata dos procedimentos de preparação do instrumento de política energética que deverá indicar a perspectiva de longo prazo de desenvolvimento da matriz energética.

A contribuição do E+ se dividirá a partir dos itens selecionados, descritos no documento Procedimento de elaboração do plano nacional de energia (PNE).

#### **Item 04: Necessidade e oportunidade da estruturação do procedimento de planejamento de longo prazo**

No presente item faz-se menção a testes de sensibilidade das principais variáveis. No entanto, seria importante que houvesse maior clarificação entre a composição dos cenários e também a análises de sensibilidade a ser realizadas. Esse maior entrelaçamento permitiria melhor avaliação entre os cenários e as sensibilidades realizadas. Outro ponto importante, ainda nesse contexto, é a necessidade de seleção de quais são as variáveis a serem identificadas como principais e que serão objeto de análise de sensibilidade.

Neste item também há referência a uniformização das variáveis socioeconômicas de longo-prazo, porém seria importante especificar de maneira mais clara e objetivo como se dará este processo, considerando muitos órgãos não realizam projeções de longo prazo.

A questão climática não deve ser vista apenas à luz da ação das organizações internacionais, mas sobretudo na perspectiva mais ampla, a incluir: as vulnerabilidades do país às alterações climáticas (e, assim, a capacidade de adaptação do setor de energia), a trajetória do país para uma economia de baixo carbono (e, portanto, as oportunidades de mitigação e o direcionamento do aproveitamento das oportunidades

para o setor de energia brasileiro). Deve-se considerar os possíveis impacto que essas mudanças trarão nos demais aspectos ambientais e territoriais e sua relação com o setor energético.

### **Item 5.3 Revisão crítica da Matriz de Responsabilidade e Impacto**

Neste item torna-se importante clarificar como se dará o processo de composição da matriz de responsabilidade e impacto, bem como o estabelecimento do nível e grau de consulta de cada parte interessada.

### **Item 5.4 Elaborar diagnóstico sobre políticas setoriais em energia**

No referido item, não fica claro se serão apenas consideradas políticas setoriais em energia ou se um aspecto maior de políticas que impactam o setor de energia. Se for restrito a primeira situação, recomenda-se incluir a análise de além dos citados acordos internacionais ou outras políticas de longo-prazo, tanto em nível nacional, estadual e municipal que podem influenciar o diagnóstico.

### **Item 5.5 Workshops e consultas para subsídio: segmentos do governo e sociedade**

Neste item, a proposta de procedimento deveria ampliar o papel da sociedade no contexto de sua participação. A descrição presente no item considera que a sociedade será chamada apenas na etapa de discussão e divulgação dos resultados.

Seria importante reconhecer que há outras etapas onde a avaliação e um olhar mais amplo da sociedade para o setor torna-se necessário para a melhora da robustez do PNE. O processo de criação de cenários será tanto melhor, quanto mais adequado se der o processo de consulta e de incorporação de diferentes visões.

### **Item 5.8 Workshops e consultas para subsídio: segmentos do governo e sociedade**

Na proposta presente na tabela 01, sugere-se inserir um capítulo com os resultados dos diagnósticos das políticas avaliadas e também indicativos acerca das políticas que irão compor os cenários, indicando uma cesta de medidas políticas de longo prazo que poderão ser adotadas.

### **Item 5.9 Consulta Pública II: validação de pesquisa e cenários**

Necessário clarificar que o processo de consulta pública dará transparência a todas as contribuições, indicando quais foram ou não acatadas, bem como a justificativa.

Além disso, torna-se importante que a temporalidade das aplicações das sugestões aceitas seja indicada, ou seja, podem existir alterações que apesar de serem aceitas não se efetivarão no mesmo ciclo de elaboração, quando da contribuição.